

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 5.891, DE 2005

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras de Serviço Móvel Pessoal a prestar informações ao assinante sobre a utilização dos créditos de cartão telefônico e os preços da modalidade pré-paga.

Autor: Deputado FERNANDO DE FABINHO

Relator: Deputado RÔMULO GOUVEIA

I - RELATÓRIO

A proposta em análise altera a Lei Geral das Telecomunicações, Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, incluindo como direito dos assinantes do Serviço Móvel Pessoal na modalidade pré-paga a informação, ao término de cada ligação, do saldo de créditos remanescente, bem como o prazo para sua utilização. Inclui também a possibilidade de serem informados sobre seus gastos, de maneira gratuita, através de demonstrativo mensal detalhado.

O projeto tramita em conformidade com o inciso II do art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estando sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. A proposição foi distribuída para exame de mérito à Comissões de Defesa do Consumidor e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise de constitucionalidade e juridicidade, conforme o art. 54 do mesmo Regimento. Na Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto foi APROVADO. A proposta não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A telefonia celular já ultrapassou a marca dos cem milhões de aparelhos, dos quais 85% fazem uso da modalidade pré-paga. Nesse serviço, os usuários devem adquirir créditos de maneira regular, uma vez que os mesmos prescrevem em 30 a 90 dias, de acordo com o plano de tarifas e operadora. A grande vantagem para esses assinantes é que o custo mensal de manutenção de uma linha é transformado em franquia consumível. As operadoras oferecem planos tão baixos quanto pacotes de R\$ 5,00 em créditos com validade de 30 dias. Caso o consumidor não recarregue a linha com créditos dentro desse prazo, ele poderá ainda receber chamadas por até 60 dias.

No entanto, a oferta desse serviço a tão baixo valor implica algumas simplificações operacionais para a operadora como, por exemplo, a não emissão da fatura telefônica mensal. O baixo consumo mensal é a principal motivação para não se emitir a conta, uma vez que sua emissão incorre em custos de processamento, impressão, distribuição e despesas postais que podem até superar o valor faturado. Outro fator importante a ser considerado é que, em muitos casos, os assinantes moram em zonas urbanas porém em regiões não atendidas pelo serviço postal ou até nem possuem moradia.

Todavia, a simplificação permitida para as operadoras acarreta perda de informações importantes para o assinante, como, por exemplo, o saldo remanescente e o prazo de validade dos créditos. Nesse sentido, a proposta do Deputado Fernando de Fabinho, que foi acolhida pela Comissão de Defesa do Consumidor, é oportuna. A mensagem eletrônica ao término da ligação não implica custos adicionais de infra-estrutura para a operadora, uma vez que todas elas oferecem mensagens curtas de texto, o conhecido SMS (Short Message Service).

Por outro lado, a segunda parte da proposta do projeto original, a que dispõe sobre a emissão de demonstrativos mensais detalhados, nos parece ser inviável do ponto de vista do custo da operação, como aqui já

mentionado. Contudo, a operadora poderia enviar mensalmente outra mensagem de texto com o resumo do consumo mensal e o saldo remanescente, o qual atenderia a necessidade do usuário de ser informado sobre o prazo de validade de seus créditos e o consumo mensal. Todavia, devido às limitações técnicas da mensagem curta, que comporta pouco mais de cem caracteres, um balanço completo, com o detalhamento de todas as ligações, não seria possível. Por isso, oferecemos substitutivo ao projeto prevendo o aviso com informações simplificadas do consumo mensal para o assinante.

Cabe lembrar ainda que, caso o assinante deseje um detalhamento do seu consumo, ele pode se dirigir à sua operadora e solicitá-lo, conforme previsto no art. 7º da Resolução nº 316, de 2002, da Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações, que regulamentou o Serviço Móvel Pessoal.

Assim sendo, pelos motivos aqui expostos, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.891/05, na forma do SUBSTITUTIVO aqui apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado RÔMULO GOUVEIA
Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.891, DE 2003

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras de Serviço Móvel Pessoal a prestar informações ao assinante sobre a utilização dos créditos de cartão telefônico e os preços da modalidade pré-paga.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal informem aos seus assinantes, por meio de mensagem eletrônica, o consumo, validade dos créditos e preços praticados na modalidade pré-paga.

Art. 2º Acrescentem-se os incisos XIII e XIV ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, com a seguinte redação:

"Art.3º.....

.....

XIII - de ser informado, gratuitamente, por meio de aviso eletrônico exibido ao final de cada ligação efetuada, sobre a quantidade de créditos disponíveis, bem como sobre a data limite para sua utilização;

XIV - de receber, gratuitamente, mediante solicitação à prestadora, por meio de aviso eletrônico mensal, quanto assinante do Serviço Móvel Pessoal na modalidade pré-paga, demonstrativo mensal de utilização, saldo e data limite de utilização dos créditos remanescentes." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor seis meses após sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado RÔMULO GOUVEIA
Relator